



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Requerimento de audição urgente da Senhora Diretora Geral da Autoridade Tributária, no âmbito do trespassse da concessão de seis barragens entre a EDP e a Engie.

A EDP e a Engie adotaram um modelo de negócio para a transmissão dos títulos de utilização dos recursos hídricos das seis barragens do Douro no valor de 2 200 milhões de euros. O negócio ficou concluído no final de 2020 e foi sujeito a um modelo que consideramos complexo e, no mínimo, criativo.

O CEO da EDP, Miguel Stilwell d'Andrade, foi ouvido no Parlamento na semana passada e foi incapaz de dar respostas claras que contribuíssem para o esclarecimento da operação. Não conseguiu explicar qual foi o fim específico do modelo de negócio adotado. Só se recorre a um modelo de negócio tão complexo e criativo quando está em causa um fim específico.

É crucial esclarecer e concluir se houve ou não planeamento fiscal agressivo ou abusivo na transmissão dos títulos. Cabe à Autoridade Tributária inspecionar o negócio.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requerer a audição, com caráter de urgência, da Senhora Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dra. Helena Maria José Alves Borges.

Palácio de São Bento, 24 de março de 2021

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista